

VIDA NORMALIZA-SE NA PROVÍNCIA DE TETE

N. 13
8
88

^ Primeira aposta está na recuperação das regiões mais férteis
por Daniel Cuambe

Com a recente libertação dos distritos ao norte da província de Tete, dos quais se destacam Tsanganho e Angónia, que até então se encontravam ameaçados pelos bandidos armados, estão praticamente criadas as condições em primeiro lugar para a diminuição do estado dramático de fome e miséria que desde 1980 grassa acentuadamente naquela região do País, em consequência da guerra, seca, inundações e praga de gafanhotos que arrasam extensas zonas tradicionalmente produtivas. Assim, o Governo Central, pela voz do Primeiro-Ministro Mário da Graça Machungo, durante a sua recente visita de trabalho a Tete, encorajou as autoridades provinciais a mais um desafio na batalha contra a fome, apontando nos sectores familiar, cooperativo e privado.

É fácil entender a não inclusão do sector estatal, se nos recordarmos que a partir de 1986, a acção bandidesca em Tete, saldou-se na destruição quase total de maquinarias e diverso outro tipo de equipamento agrícola do antigo Complexo Agro-Industrial de Angónia (CAIA), localizado no distrito do mesmo nome.

Era aquele o celeiro da província, o sector estatal de maior peso, cuja produção chegava inclusivamente a outras províncias limítrofes mas que hoje, em termos de recursos humanos e materiais, resume-se a 80 trabalhadores recentemente regressados do Malawi que se ocupam da limpeza dos pomares de pessegueiros. Todo o resto, transformou-se em sucata de viaturas ligeiras e pesadas,

tractores, motobombas, enfim, destroços que representam milhares de contos em divisas investidos pelo Estado e que nunca mais serão recuperados.

Neste sentido, o fruto do consenso tanto do Governo Central como das autoridades provinciais, estas últimas deverão destacar os seus quadros para de imediato e sem perda de tempo enquadrar a população deslocada que se estima em 229 250 pessoas espalhadas pela província, sem terras ou meios para a auto-suficiência alimentar, segundo revelam dados oficiais.

Há ainda outras 174 500 pessoas consideradas afectadas e aproximadamente 300 mil deslocados no Malawi, Zâmbia e Zimbábue.

A preocupação pelo enquadramento desta população é tanto maior quanto actualmente pouco mais de cinco mil famílias deslocadas receberam até ao momento terras numa extensão de 4 516 hectares, dos quais consideram-se lavrados 2 944 hectares.

QUAIS OS CAMINHOS

Efectivamente, tanto o Primeiro-Ministro, Mário da Graça Machungo, como o Ministro da Agricultura, Alexandre Zandamela, que recentemente visitaram Tete, opinaram que a província está em condições de desenvolver uma campanha agrícola razoável.

Neste sentido, mesmo vistas as coisas por quem está de longe, ou de fora segundo Mário Machungo, uma vez libertados os distritos do norte a que nos referimos, é preciso recuperar imediatamente o celeiro da província.

Preende-se não propriamente restabelecer o CAIA, mas sim, concentrar as potencialidades e recursos existentes nos sectores familiar, cooperativo e privado, nas regiões de Angónia e Tsanganho.

Subsiste no entanto um outro problema, tal como referido uma fonte da Agricultura em Tete. Não se pode fazer agricultura sem as pessoas. Ou seja, estas mesmas zonas têm um baixo número de habitantes.

Por exemplo, de Janeiro a Julho do corrente ano regressaram a Angónia, apenas 11 396 pessoas, que se tinham movimentado para o Malawi. Quase todas elas ainda vivem na base de donativos e as suas esperanças estão na campanha que se avizinha.

Neste momento e contando com a população que apesar da guerra não saiu da vila de Ulôngue, Angónia totaliza 22 456 pessoas.

Mas Angónia, com uma superfície de 3 500 quilómetros quadrados, numa situação estável reúne uma população estimada em 180 mil habitantes, distribuídos por doze postos administrativos e catorze localidades.

Machungo instruiu as autoridades provinciais a dirigirem esforços no sentido de fazer regressar o mais rapidamente possível a população deslocada que injustificadamente permanece no Malawi.

Por sua vez, o Ministro da Agricultura defendeu que em Tete os factores de produção básicos existem. As estruturas devem ocupar-se em fazer chegar a tempo tais factores, o que exige a observância dos princípios da planificação, incluindo a utilização de todos os recursos disponíveis.

Zandamela disse em certa ocasião da visita não acreditar nas justificações que se apresentam quando as sementes chegam tardiamente aos campos.

— O problema que se coloca é as estruturas ocuparem-se mais com o que as pessoas vão comer no dia a dia mas reflectirem pouco no que vai garantir a produção, quando este deve ser o princípio.

DIFICULDADES NO SUL

As autoridades de Tete descrevem a situação no sul da província como sendo ainda dificuldades, pois aí o inimigo incide agora as suas acções.

Surgem sérios problemas no abastecimento aos distritos de Cahora Bassa, Magoé, Marávia e Zumbo.

No entanto, tais entraves não enfraquecem a acção governamental no sentido de prosseguir com a distri-

buição de terras e sementes aos desloca- dos em qualquer ponto da província, assistência médico-sanitária, abastecimento de água potável, restabelecimento da actividade escolar e recuperação de infra-estruturas socio-económicas.

Devido ao intenso calor que se fez sentir em Novembro, Dezembro e Janeiro, em 1987 e 1988, muitas sementeiras se perderam, os campos lançaram entre três a quatro vezes a semente à terra e poucos frutos puderam tirar.

Depois do tempo quente ocorreram cheias do Zambeze e seus afluentes inundando áreas cultivadas no Zumbo, Changara e Mutarara. Seguramente, cairam chuvas fora do calendário agro-técnico e que eram insuficientes.

É a partir desta realidade que a província de Tete vai realizar uma nova aposta, que está baseada nas vitórias militares que se verificaram em distritos altamente produtivos.

Deste modo se espera minimizar a previsão de um défice alimentar que se prolongará até Abril de 1989 pelo menos.